

Capítulo XI

Filhos e filhas: uma diferente relação com a escola

Ana Nunes de Almeida, Isabel André, Vanessa Cunha

1. Pontos de partida e objectivos

Construir um outro olhar sobre as famílias portuguesas, focado agora nas crianças e nos jovens, constitui um dos primeiros objectivos deste capítulo. Trata-se de dar seguimento ao desafio proposto pelo novo paradigma da infância, que surge na sociologia a partir dos anos 80 do século passado (James et al., 1998; Jenks, 1992). Para que as crianças possam emergir como actores de primeira grandeza nos cenários do quotidiano (e entre eles na família) é fundamental que a investigação esteja atenta, desde logo nas suas etapas prévias de recolha e tratamento de dados, à informação relevante para sinalizar e caracterizar a sua presença nesses contextos de pertença.

Aqui, e partindo-se da mesma amostra comum a todo o estudo, começa-se por seleccionar os filhos e as filhas dessas famílias, de modo a constituir com eles uma nova amostra que servirá de referência a tratamentos estatísticos posteriores. Sabe-se de antemão que metodologicamente a operação tem um alcance limitado: a representatividade do estudo é assegurada através das mulheres-mães em conjugalidade, com idades entre os 25 e os 49 anos, com pelo menos um filho co-residente em idade escolar (6-16 anos de idade). Estes sucessivos filtros impõem obviamente contornos à população resultante de crianças e jovens. Não sendo estatisticamente representativa, esta amostra de filhos oferece contudo a possibilidade de se esboçar um retrato do seu perfil (em termos de franja etária, sexo, região de residência, ocupação e nível de escolaridade) e relacionar a sua eventual diversidade interna com alguns traços das famílias de pertença ou das trajectórias das mães.

Mas a inicial apresentação genérica abre também caminho para a discussão de um problema de fundo da maior relevância social e sociológica: o impacto das assimetrias de género no desenho das trajectórias escolares de rapazes e raparigas. Este filão estrutura justamente os restantes pontos do capítulo. Se é verdade que as teorias da reprodução sublinharam o papel conservador da escola na manutenção de uma ordem social desigualitária, o notável peso do lugar social da família na configuração das trajectórias do acesso e do sucesso escolares (Bourdieu e Passeron, 1970; Benavente et

al., 1994), elas parecem ter deixado escapar do seu campo de análise a questão do género – que hoje assume uma inédita relevância. Pensando especificamente no caso português, as desigualdades escolares em prejuízo das raparigas (desde logo à entrada da escola) são uma constante durante as longas décadas da ditadura (Sebastião, 1998). Ora a evidência empírica que começa a revelar-se nos últimos 15 anos perturba fortemente o panorama tradicional. Em Portugal, um pouco como nos restantes países europeus e sem que ninguém o tivesse previsto, assiste-se a uma espantosa “progressão escolar” das raparigas (Marry, 2002; Baudelot e Establet, 1991). Elas estão cada vez mais em igual número na escola básica, em número muito superior relativamente aos seus pares masculinos nos níveis superiores de ensino, e são sistematicamente detentoras dos melhores níveis de sucesso. Ao contrário, os rapazes estão sobrerrepresentados entre as franjas de alunos que abandonam precocemente a escola ou mantêm com ela uma relação mais problemática – medida, por exemplo, através de indicadores de insucesso; são também os rapazes que mais se parecem confrontar com o ingresso prematuro e desqualificado no mercado de trabalho e, mesmo, com a realidade do trabalho infantil (Ferrão et al., 2001).

Partindo dos dados recolhidos no Inquérito sobre crianças e jovens (nomeadamente a “ocupação actual”, o “rendimento”, a “contribuição para as despesas da casa”, o “nível de escolaridade”) aborda-se então neste capítulo a questão do impacto da condição de género na construção de níveis de sucesso, insucesso e abandono escolares. Para além de se confirmar a importância quantitativa destes percursos insucessos na escola, sobretudo masculinos, destaca-se o peso fortíssimo do contexto sócio-familiar de pertença na sua determinação.

2. O pano de fundo da análise: a população infantil e jovem nos Censos

Nas últimas 4 décadas, a população mais jovem decresceu significativamente em Portugal. De 4 milhões em 1960, as crianças e os jovens perfazem actualmente, no conjunto, pouco mais de 3 milhões de pessoas (quadro n.º 11.1). Em termos relativos, este grupo representa uma parcela cada vez menor da população – em 40 anos, a percentagem de indivíduos de 0 a 24 anos passou de 46% da população total para 31%. Estamos perante um país num processo rápido de envelhecimento, tanto do topo, graças ao aumento significativo da esperança média de vida, como principalmente na base, como resultado de uma queda vertiginosa da fecundidade.

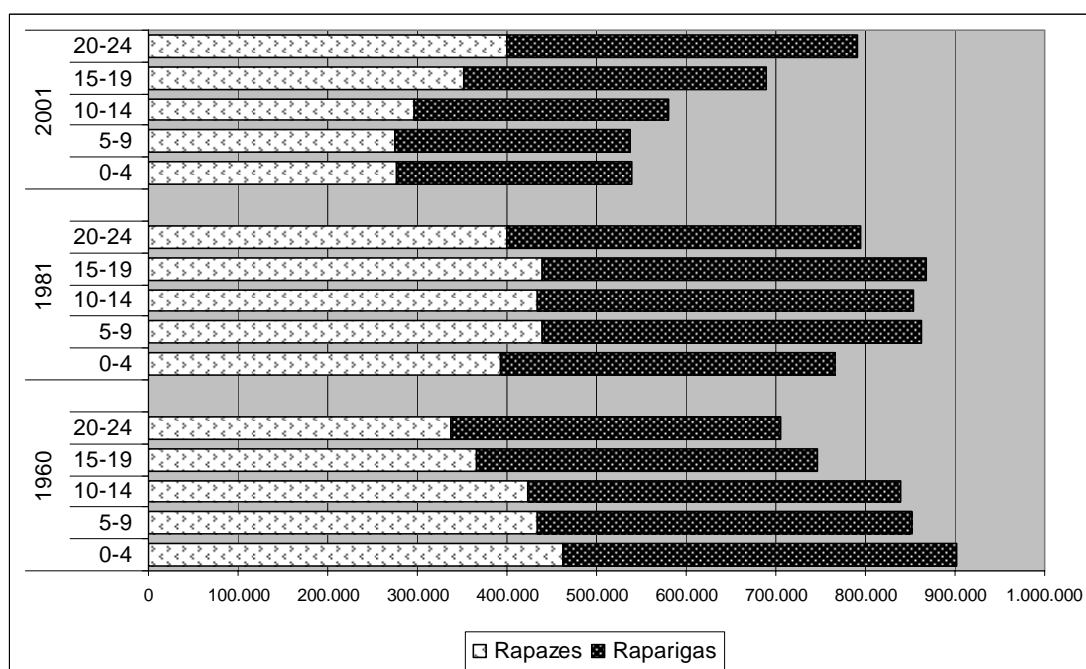
Quadro n.º 11.1 – População de 0 a 24 anos, por sexos (total e % da população total), 1960-2001 - Portugal

	1960	1970	1981	1991	2001
Total (N)					
M	2022249	1908293	2105328	1812483	1564687
F	2022135	1925376	2040095	1747780	1502791
M+F	4044384	3833669	4145423	3560263	3067478
% da população total					
M	47,53%	46,44%	44,20%	37,74%	31,36%
F	43,63%	42,28%	39,84%	33,86%	28,14%
M+F	45,50%	44,25%	44,20%	37,74%	31,36%

Fonte: INE

Esse decréscimo marcado da população com menos de 25 anos comporta, contudo, evoluções diferenciadas consoante os subgrupos etários (figura 11.1). A pirâmide etária observou uma completa inversão entre 1960 e 2001, correspondendo 1981 claramente a uma situação de transição. À partida, a queda da fecundidade justifica a evolução do traçado da pirâmide, mas, observando a figura com mais atenção, conclui-se que aquela resulta da combinação de dois processos: por um lado, a redução muito marcada dos grupos mais jovens – entre 1960 e 2001, as crianças com menos de 10 anos passaram de 1,8 para 1,1 milhões (-39%); por outro, o ligeiro aumento dos jovens com 20 a 24 anos, suportado, muito possivelmente, pelos fluxos imigratórios.

Figura 11.1 – População de 0 a 24 anos, por sexos e grupos etários – 1960, 1980 e 2001 – Portugal



Fonte dos dados: INE

3. Um retrato dos filhos e das filhas da amostra

O universo de partida deste capítulo é o conjunto de filhos e filhas das famílias inquiridas. Não todos, mas aqueles que, à data da inquirição, viviam com elas e tinham entre 6 e 24 anos. Com este corte etário – que traduz as idades de entrada no primeiro ciclo do ensino básico e de eventual saída do ensino superior – pretendemos investigar a relação que estas crianças e estes jovens estabelecem com a escola. Estão ou não a estudar? Com ou sem sucesso?

Quadro n.º 11.2 – Idade e sexo dos filhos co-residentes (n e %)

Idade e sexo	Masculino		Feminino		M+F	
	n	%	n	%	n	%
6-9 anos	398	24,3	376	25,6	774	24,9
10-14 anos	572	34,9	576	39,3	1148	36,9
15-19 anos	489	29,8	389	26,5	878	28,3
20-24 anos	182	11,1	126	8,6	308	9,9
Total	1641	100	1467	100	3108	100

Temos então 3108 filhos, 1641 rapazes e 1467 raparigas, com a seguinte distribuição etária (quadro n.º 11.2): 25% tem entre 6 e 9 anos; 37% entre 10 e 14; 28% entre 15 e 19; e 10% entre 20 e 24 anos. Note-se a ligeira subrepresentação das raparigas nos dois últimos grupos etários, que estará porventura relacionada com a sua saída mais precoce da casa dos pais, já que tendem a casar um pouco mais cedo do que os rapazes.

Quadro n.º 11.3 – Regiões de residência segundo a idade e o sexo dos filhos (%)

Regiões	6-9 anos			10-14 anos			15-19 anos			20-24 anos			Total		
	M	F	M+F	M	F	M+F	M	F	M+F	M	F	M+F	M	F	M+F
Norte Litoral	20,6	22,1	21,3	20,3	21,9	21,1	25,6	20,3	23,2	22,5	26,2	24,0	22,2	21,9	22,0
A. M. Porto	14,3	12,8	13,6	11,2	12,5	11,8	8,8	11,8	10,1	9,3	13,5	11,0	11,0	12,5	11,7
Norte Interior	3,3	4,0	3,6	5,2	4,0	4,6	5,5	5,9	5,7	3,3	4,0	3,6	4,6	4,5	4,6
Centro Litoral	12,6	13,0	12,8	14,5	12,9	13,7	11,3	14,4	12,6	7,7	8,7	8,1	12,3	13,0	12,6
Centro Interior	10,6	8,0	9,3	8,9	10,9	9,9	11,0	9,5	10,4	9,9	11,1	10,4	10,1	9,8	9,9
A. M. Lisboa	27,1	29,3	28,2	27,5	25,2	26,3	26,8	26,2	26,5	31,3	27,8	29,9	27,6	26,7	27,2
Alentejo	8,8	8,0	8,4	8,7	8,3	8,5	7,8	8,2	8,0	8,2	7,1	7,8	8,4	8,1	8,3
Algarve	2,8	2,9	2,8	3,7	4,3	4,0	3,3	3,6	3,4	7,7	1,6	5,2	3,8	3,5	3,7
Total	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100

Sendo o IFPC dirigido a uma amostra de mães com representatividade a nível do Continente, a distribuição geográfica das crianças e jovens (quadro n.º 11.3) segue em certa medida a das inquiridas. Cerca de metade concentram-se na Área Metropolitana de Lisboa e no Norte Litoral, enquanto o Norte Interior e o Algarve são as regiões com menos indivíduos. Observa-se uma grande homogeneidade em termos etários e de género, sendo apenas de assinalar a ligeira sobrerrepresentação de rapazes entre os 20 e os 24 anos tanto no Algarve como na A.M.L., o que leva a concluir que, nestas regiões, a permanência dos jovens do sexo masculino na família de origem é ainda mais prolongada.

Cerca de 96% dos filhos desta amostra são-no de ambos os cônjuges (quadro n.º 11.4) e co-residem, portanto, com os dois progenitores. Outros 3% vivem numa família recomposta materna, i.e., de mãe e padrasto. E apenas em 14 casos se verifica o arranjo simétrico de pai e madrasta, disparidade que resulta da sistemática atribuição à mãe da guarda legal dos filhos após uma ruptura conjugal.

Quadro n.º 11.4 – Filhos e enteados segundo a idade e o sexo (%)

Filhos e enteados	6-9 anos			10-14 anos			15-19 anos			20-24 anos			Total		
	M	F	M+F	M	F	M+F	M	F	M+F	M	F	M+F	M	F	M+F
F. do casal	97,7	98,7	98,2	97,7	97,0	97,4	93,3	95,9	94,4	94,0	88,9	91,9	96,0	96,5	96,2
F. da inquirida	2,0	1,3	1,7	2,1	2,8	2,4	5,7	3,1	4,6	5,5	10,3	7,5	3,5	3,1	3,3
Enteados	0,3	0,0	0,1	0,2	0,2	0,2	1,0	1,0	1,0	0,5	0,8	0,6	0,5	0,4	0,5
Total	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100

Se não existe qualquer diferença assinalável no que respeita ao género, ou seja, as famílias recompostas não vivem privilegiadamente com crianças e jovens do sexo masculino ou feminino (sendo que o desfasamento que ocorre nos jovens dos 20 aos 24 traduzirá a mesma realidade observada no quadro anterior), o mesmo se não pode dizer em relação à idade. É interessante notarmos que a percentagem de filhos e filhas de relações anteriores das inquiridas cresce continuamente das franjas de crianças mais novas (2% dos 6-9 anos) para as dos grupos etários mais velhos (8% dos 20-24 anos). É um avanço que se explica pelos tempos da vida familiar e do casal: as recomposições familiares envolvem tendencialmente mulheres com uma história conjugal mais longa.

4. As famílias de pertença

Quando olhamos para os arranjos domésticos destas crianças e destes jovens (quadro n.º 11.5) verificamos que a esmagadora maioria (87%) vive actualmente num agregado simples, ou seja, apenas com os seus pais e irmãos (caso não sejam filhos únicos). Este dado não tem qualquer impacto no género, o mesmo não se podendo dizer em relação à idade. De facto, os agregados complexos (que incluem outras pessoas, familiares ou não) aumentam paulatinamente com a idade dos filhos: 12% das crianças entre os 6 e os 9 anos vivem neste tipo de agregado, contra 16% dos jovens entre os 20 e os 24 anos.

Quadro n.º 11.5 – Tipo de agregado doméstico segundo a idade e o sexo dos filhos (%)

Tipo de agregado	6-9 anos			10-14 anos			15-19 anos			20-24 anos			Total		
	M	F	M+F	M	F	M+F	M	F	M+F	M	F	M+F	M	F	M+F
simples	88,2	88,6	88,4	86,4	88,0	87,2	84,9	86,6	85,6	83,5	84,1	83,8	86,0	87,5	86,7
complexo	11,8	11,4	11,6	13,6	12,0	12,8	15,1	13,4	14,4	16,5	15,9	16,2	14,0	12,5	13,3
Total	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100

Podem estar em jogo dois tipos de explicações. A família conjugal, como modelo e como experiência, terá ganho peso na sociedade portuguesa entre os finais da década de 80 e o presente. A complexidade parece, por outro lado, não estar tanto associada à idade da maternidade activa ou à baixa idade das crianças (e à correspondente necessidade da sua guarda) mas, pelo contrário, emergir com a duração da vida familiar e como resposta à necessidade de apoio, primeiro, aos mais velhos e ascendentes ou, depois, como uma situação transitória de ajuda a um filho recém-casado que continua a partilhar com os pais o alojamento¹.

Quadro n.º 11.6 – Número de pessoas do agregado doméstico segundo a idade e o sexo dos filhos (%)

Nº de pessoas	6-9 anos			10-14 anos			15-19 anos			20-24 anos			Total		
	M	F	M+F	M	F	M+F	M	F	M+F	M	F	M+F	M	F	M+F
3 pessoas	23,4	23,1	23,3	15,4	15,3	15,3	6,5	8,7	7,5	0,0	0,0	0,0	13,0	14,2	13,6
4 pessoas	44,7	47,9	46,3	50,0	53,1	51,6	47,9	50,1	48,9	37,9	48,4	42,2	46,7	50,6	48,6
5 pessoas	19,6	17,8	18,7	21,5	19,6	20,6	27,4	23,4	25,6	36,3	27,0	32,5	24,4	20,8	22,7
6 e + pessoas	12,3	11,2	11,8	13,1	12,0	12,5	18,2	17,7	18,0	25,8	24,6	25,3	15,8	14,4	15,2
Total	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100

¹ Ver Cap. XII “Os grupos domésticos de co-residência”

Quase metade destes filhos e filhas vive em agregados domésticos de 4 pessoas (quadro n.º 11.6). Ora, visto a família da amostra ser necessariamente biparental e a maioria dos agregados serem actualmente simples, aquele dado corresponde, em grande medida, à situação da família conjugal com dois filhos. Outros 14% vivem apenas com mais 2 pessoas tratando-se, obviamente, das famílias simples de filho único. Em agregados domésticos mais numerosos, de 5 e 6 ou mais pessoas, vivem então, respectivamente, 23 e 15% destas crianças e destes jovens.

A variação interna do indicador é interessante, pois quanto mais velhos são os filhos mais frequente é viverem numa família numerosa. Enquanto entre as crianças de 6 a 9 anos ou mesmo de 10 a 14 anos, os grupos domésticos de 6 ou mais pessoas representam 12 a 13% do total, já para os jovens de 15 a 19 a percentagem sobe para 18; e para os mais velhos para 25. Este resultado traduz, de certa forma, a mesma realidade do quadro anterior, na medida em que famílias numerosas e complexidade doméstica andam certamente a par. Por outro lado, pode também ser um efeito geracional e do ciclo de vida familiar, tendo os filhos mais velhos uma maior probabilidade de pertencerem a descendências numerosas².

Ao contrário, a percentagem de famílias de 3 pessoas desce significativamente entre as mesmas franjas etárias, representando 23% dos agregados para as crianças entre os 6 e 9 anos. Embora se possa pensar que estamos perante os efeitos práticos do recuo da fecundidade, há que considerar também o enviesamento introduzido pela amostra, visto que os grupos domésticos de 3 pessoas só são possíveis quando o filho em questão (que será obrigatoriamente único) tem até 16 anos.

Quadro n.º 11.7 – Número de irmãos segundo a idade e o sexo dos filhos (%)

Nº de irmãos	6-9 anos			10-14 anos			15-19 anos			20-24 anos			Total		
	M	F	M+F	M	F	M+F	M	F	M+F	M	F	M+F	M	F	M+F
nenhum	25,1	24,2	24,7	16,8	16,3	16,6	7,6	9,3	8,3	0,0	0,0	0,0	14,2	15,1	14,6
1 irmão	50,5	53,7	52,1	57,2	59,7	58,4	53,4	57,3	55,1	43,4	57,1	49,0	52,9	57,3	55,0
2 ou + irmãos	24,4	22,1	23,3	26,0	24,0	25,0	39,1	33,4	36,6	56,6	42,9	51,0	32,9	27,6	30,4
Total	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100

Tal como o quadro anterior, há que analisar com cautela o quadro n.º 11.7, que dá conta do número de irmãos destas crianças e destes jovens³, pois os filhos únicos só são possíveis na amostra até aos 16 anos. Não obstante, há que assinalar o avanço deste

² Ver Cap. VIII “A fecundidade das famílias”

³ Trata-se aqui de todos os irmãos co-residentes, incluindo os que têm mais de 24 anos e menos de 6 anos.

tipo de descendência, da franja etária dos 10-14 anos para a dos 6-9 anos. Mesmo admitindo que nesta última é maior a probabilidade de ainda virem a ter irmãos – pois, na nossa amostra, grande parte das inquiridas teve o segundo filho 5 a 9 anos depois do primeiro e poucas deixaram um intervalo maior entre estes nascimentos – é claro o recuo no tempo das descendências numerosas⁴.

Quadro n.º 11.8 – Idade da mãe no primeiro nascimento segundo a idade e o sexo dos filhos (%)

Idade no 1º nascimento	6-9 anos			10-14 anos			15-19 anos			20-24 anos			Total		
	M	F	M+F	M	F	M+F	M	F	M+F	M	F	M+F	M	F	M+F
< 18 anos	3,3	3,7	3,5	3,3	3,6	3,5	5,1	4,1	4,7	6,6	3,2	5,2	4,2	3,7	4,0
18-24 anos	49,2	48,4	48,8	60,3	60,9	60,6	67,3	68,4	67,8	73,1	73,0	73,1	61,1	60,7	60,9
25-29 anos	33,2	37,0	35,0	28,7	27,4	28,1	23,1	22,9	23,0	19,8	23,8	21,4	27,1	28,4	27,7
30-34 anos	12,1	9,6	10,9	6,8	6,8	6,8	4,3	4,6	4,4	0,5	0,0	0,3	6,6	6,3	6,5
35 ou + anos	2,3	1,3	1,8	0,9	1,2	1,1	0,2	0,0	0,1	0,0	0,0	0,0	0,9	0,8	0,9
Total	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100

A consulta do quadro n.º 11.8 mostra interessantes dinâmicas familiares de mudança. No total da amostra, a maioria das crianças (61%) possui mães que tiveram o seu primeiro filho entre os 18 e os 24 anos e 28% tiveram-no entre os 25 e os 29. Nas margens desta tendência central deparamos com 4% de primeiras maternidades precoces (menos de 18 anos) e 7% de tardias (a partir dos 30).

Um olhar atento às diferenças entre grupos etários de filhos revela os seguintes traços: um recuo muito ligeiro da primeira maternidade na adolescência; um acentuado declínio entre as jovens dos 18-24 anos (de 73% no grupo de filhos dos 20-24 anos, para 49% no dos 6-9 anos); um avanço da primeira maternidade aos 25-29 anos (21% no grupo dos 20-24 anos e 35% no dos 6-9 anos); bem como, e bastante significativamente, acima dos 30 anos. Não obstante os resultados que vão no sentido das tendências observadas nas estatísticas oficiais, há que ter em conta o enviesamento introduzido pelos critérios da amostra, nomeadamente a idade da mulher (25-49 anos). Com efeito, para estarem “dentro” da amostra, as inquiridas que tinham à data da inquirição os filhos mais velhos foram necessariamente mães jovens, pelo que a maternidade tardia não é um cenário possível nestes casos.

⁴ Ver cap. VIII “A fecundidade das famílias”.

Quadro n.º 11.9 – Posição religiosa da mãe segundo a idade e o sexo dos filhos (%)

Posição religiosa	6-9 anos			10-14 anos			15-19 anos			20-24 anos			Total		
	M	F	M+F	M	F	M+F	M	F	M+F	M	F	M+F	M	F	M+F
Católica praticante	50,5	43,1	46,9	43,9	42,5	43,2	43,4	39,6	41,7	41,8	31,7	37,7	45,1	41,0	43,1
Cat. não praticante	42,2	50,5	46,3	51,7	52,1	51,9	52,4	54,0	53,1	51,6	60,3	55,2	49,6	52,9	51,2
Outra religião	2,8	1,3	2,1	1,2	1,2	1,2	1,6	3,1	2,3	4,9	3,2	4,2	2,1	1,9	2,0
Sem religião	4,3	5,1	4,7	3,1	4,0	3,6	2,7	3,3	3,0	1,6	4,8	2,9	3,1	4,2	3,6
NS/NR	0,3	0,0	0,1	0,0	0,2	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1	0,1	0,1
Total	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100

Da leitura do quadro n.º 11.9 concluímos que a esmagadora maioria das crianças (94%) tem mães que se consideram católicas – praticantes em 43% dos casos, mas sobretudo não praticantes (51%). É um resultado que sugere alguma familiaridade, ao longo do processo de socialização das crianças, com os valores religiosos do catolicismo. No interior da amostra de filhos, é no entanto curioso notar-se o avanço simultâneo das duas categorias “sem religião” e “católica praticante” dos mais velhos para os mais novos, contrapartida da perda de peso das “católicas não praticantes”. Num contexto de crescente laicização, a afiliação religiosa tendencialmente em queda revela-se, sobretudo, pela afirmação de uma prática e não por uma mera declaração de intenção.

Quadro n.º 11.10 – Escolaridade da mãe segundo a idade e o sexo dos filhos (%)

Escolaridade	6-9 anos			10-14 anos			15-19 anos			20-24 anos			Total		
	M	F	M+F	M	F	M+F	M	F	M+F	M	F	M+F	M	F	M+F
Sem escolaridade	3,5	3,2	3,4	4,5	5,2	4,9	7,6	8,7	8,1	9,9	7,9	9,1	5,8	5,9	5,8
Ensino primário	31,9	33,8	32,8	39,5	42,0	40,8	51,1	44,5	48,2	57,1	53,2	55,5	43,1	41,5	42,3
E. preparat./básico	38,9	36,4	37,7	31,6	34,0	32,8	25,2	29,0	26,9	22,5	18,3	20,8	30,5	32,0	31,2
Ensino secundário	13,8	12,8	13,3	11,5	10,6	11,1	5,9	8,5	7,1	6,0	5,6	5,8	9,8	10,2	10,0
Ensino médio	5,3	5,6	5,4	6,8	4,3	5,6	5,9	5,4	5,7	3,3	12,7	7,1	5,8	5,7	5,7
Ensino superior	6,5	8,2	7,4	5,9	3,8	4,9	4,3	3,9	4,1	1,1	2,4	1,6	5,1	4,8	5,0
Total	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100

A escolaridade das mães destas crianças e destes jovens (quadro n.º 11.10) coloca-nos perante um panorama de baixas qualificações escolares: cerca de 80% têm mães com níveis iguais ou inferiores ao da escolaridade obrigatória (6% sem qualquer grau). Apenas 10% possuem mães que frequentaram o ensino secundário e 11% o médio e o superior. Atendendo ao peso que a herança escolar materna tem no percurso

escolar da criança, pelo menos no desenho do seu ponto de partida à entrada na escola, estamos face a um contexto no mínimo problemático.

A análise da variação deste indicador pelas diferentes franjas etárias de filhos indicia, contudo, algumas dinâmicas de progresso. Nota-se um recuo contínuo das mães sem escolaridade: 9% nos jovens de 20-24 anos, 3% nas crianças de 6-9 anos. É um avanço expressivo das mães mais escolarizadas, tanto com o grau de ensino secundário (6% nos jovens de 20-24 anos e 13% nos de 6-9 anos), como com o médio e o superior (9% nos de 20-24 e 13% nos de 6-9), sendo que este avanço se fez à custa do ensino superior (de 2 para 7%), já que o médio teve mesmo um ligeiro recuo (de 7 para 5%).

Quadro n.º 11.11 – Condição perante o trabalho da mãe segundo a idade e o sexo dos filhos (%)

Condição perante o trabalho	6-9 anos			10-14 anos			15-19 anos			20-24 anos			Total		
	M	F	M+F	M	F	M+F	M	F	M+F	M	F	M+F	M	F	M+F
Empregada	71,6	68,9	70,3	67,8	68,2	68,0	64,8	67,1	65,8	63,7	61,1	62,7	67,4	67,5	67,4
Doméstica	17,3	18,4	17,8	18,9	20,0	19,4	23,7	22,1	23,0	24,2	26,2	25,0	20,5	20,7	20,6
Desempregada	6,8	6,4	6,6	6,8	6,3	6,5	5,9	5,4	5,7	5,5	5,6	5,5	6,4	6,0	6,2
Estudante	0,3	0,3	0,3	0,2	0,0	0,1	0,0	0,8	0,3	0,0	0,0	0,0	0,1	0,3	0,2
Trab.-estudante	0,0	0,8	0,4	0,7	0,2	0,4	0,6	0,5	0,6	0,0	0,0	0,0	0,4	0,4	0,4
Domést. com algum trab. remunerado	1,5	2,9	2,2	3,0	2,6	2,8	2,5	1,8	2,2	3,3	4,0	3,6	2,5	2,6	2,5
Ref./incapacitada	1,0	1,1	1,1	1,3	1,7	1,6	1,8	1,6	1,8	2,7	2,4	2,7	1,6	1,6	1,6
Trab. temporário	0,8	0,3	0,5	0,7	0,7	0,7	0,2	0,3	0,2	0,5	0,8	0,7	0,5	0,5	0,5
Outra situação	0,8	1,1	0,9	0,5	0,3	0,4	0,4	0,5	0,5	0,0	0,0	0,0	0,5	0,5	0,5
Total	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100

Quanto à condição perante o trabalho das mães (quadro n.º 11.11), as “empregadas” ocupam uma posição de destaque (67%). Em segundo plano, com um peso de cerca de 21%, surgem as “domésticas”. Declaram-se “desempregadas” 6% das mães. Situações híbridas como as de “trabalhadora-estudante” ou “doméstica com algum trabalho remunerado” têm um peso quase residual na amostra, sinal sugestivo de um mercado de trabalho rígido, de uma população activa feminina com horários completos de trabalho, e de uma confluência difícil entre as realidades da escola e do trabalho.

Por outro lado, é curioso observar-se que as mães “empregadas” tendem a avançar ligeiramente das gerações mais velhas de filhos para as mais novas (de 63 para 70%), ocorrendo o inverso com as domésticas (que passam de 25 para 18%). É uma dinâmica que sugere, por um lado, a força crescente dos valores da autonomia

profissional das mulheres e, por outro, a importância instrumental do emprego feminino – nomeadamente para cobrir as despesas da escolarização dos filhos⁵.

Um indicador mais sintético é a trajetória da condição perante o trabalho das mães destas crianças e destes jovens (quadro n.º 11.12). Trata-se de um “apanhado” da situação da mulher face ao mercado de trabalho, a partir de três cortes sincrónicos que correspondem a momentos-chave do seu percurso familiar: a entrada na conjugalidade, o nascimento do primeiro filho e o momento de aplicação do Inquérito, em que tem pelo menos 1 filho em idade escolar. Ora, o que se verifica é, de facto, a mesma tendência anterior: os filhos mais velhos (a partir dos 15 anos) têm menos frequentemente mães sempre inseridas no mercado de trabalho e mais vezes a situação inversa. Confirma-se assim o facto de não se tratar apenas do resultado de diferentes etapas conjunturais do ciclo de vida (mulheres mais velhas que já não estão a trabalhar no momento actual), mas antes uma tendência no tempo para a crescente inserção da mulher no mercado de trabalho.

Quadro n.º 11.12 – Trajetória da condição perante o trabalho da mãe segundo a idade e o sexo dos filhos (%)

Traj. da condição perante o trabalho	6-9 anos			10-14 anos			15-19 anos			20-24 anos			Total		
	M	F	M+F	M	F	M+F	M	F	M+F	M	F	M+F	M	F	M+F
Sempre com trabalho	53,8	53,7	53,7	50,2	49,8	50,0	43,6	49,4	46,1	50,0	46,8	48,7	49,1	50,4	49,7
Com trabalho em 1 ou 2 momentos	34,4	34,3	34,4	37,8	35,2	36,5	41,5	33,9	38,2	35,2	38,1	36,4	37,8	34,9	36,4
Sempre sem trabalho	11,6	11,7	11,6	11,9	14,6	13,2	14,9	16,5	15,6	14,8	15,1	14,9	13,0	14,4	13,7
Outra situação	0,3	0,3	0,3	0,2	0,3	0,3	0,0	0,3	0,1	0,0	0,0	0,0	0,1	0,3	0,2
Total	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100

⁵ No Inquérito FPC há uma pergunta respeitante à gestão do dinheiro na família. Do largo leque de hipóteses apresentadas, a sobrevivência mais imediata do grupo doméstico (“conseguir ir vivendo o dia-a-dia garantindo o sustento de todos” – 62%) e a pequena poupança (“ter sempre algum dinheiro de reserva” – 80%) surgem em primeiro plano nas respostas, o que é revelador dos fracos recursos económicos de grande parte das famílias portuguesas. O terceiro alvo de aplicação do dinheiro é, então, a educação escolar dos filhos: 41% das famílias investe “o dinheiro em estudos e formação dos filhos”, a grande distância da formação dos próprios cônjuges (4%) e à frente da compra de casa própria (34%), bem como de outras opções de consumo. Trata-se, sem dúvida, de uma prioridade das famílias portuguesas, o que implica, certamente para muitas, o esforço financeiro de ambos os cônjuges para o projecto de mobilidade escolar dos filhos.

Quadro n.º 11.13 – Classe social⁶ do casal segundo a idade e o sexo dos filhos (%)

Classe social	6-9 anos			10-14 anos			15-19 anos			20-24 anos			Total		
	M	F	M+F	M	F	M+F	M	F	M+F	M	F	M+F	M	F	M+F
ED	2,5	3,7	3,1	2,1	1,7	1,9	2,0	1,3	1,7	0,5	3,2	1,6	2,0	2,2	2,1
PIC	5,8	6,4	6,1	5,6	4,2	4,9	4,3	5,1	4,7	3,8	4,8	4,2	5,1	5,0	5,1
PTEI	9,5	11,7	10,6	12,2	10,8	11,5	8,6	9,0	8,8	8,2	11,1	9,4	10,1	10,6	10,3
IPP	17,3	20,7	19,0	19,9	22,4	21,2	22,5	22,1	22,3	28,0	26,2	27,3	21,0	22,2	21,6
C	4,3	4,0	4,1	7,7	5,2	6,5	7,6	7,7	7,6	6,0	4,8	5,5	6,6	5,5	6,1
EE	13,8	11,4	12,7	10,5	12,7	11,6	13,5	14,9	14,1	13,7	11,1	12,7	12,6	12,8	12,7
OI	25,1	21,0	23,1	21,3	22,7	22,0	23,3	19,8	21,8	19,2	20,6	19,8	22,6	21,3	22,0
EE+OI	15,3	14,6	15,0	13,1	12,2	12,6	12,9	14,4	13,6	14,8	15,1	14,9	13,8	13,6	13,7
AA+OI	2,5	4,3	3,4	4,2	4,9	4,5	2,0	3,9	2,9	1,6	1,6	1,6	2,9	4,2	3,5
Outra situação ⁷	3,8	2,1	3,0	3,3	3,3	3,3	3,3	1,8	2,6	3,8	1,6	2,9	3,5	2,5	3,0
Total	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100

Da leitura do quadro n.º 11.13 observamos que os pais “operários” e os “independentes e pequenos patrões” (ambos com um peso de 22%) constituem as duas classes sociais com maior representatividade na amostra. Seguem-se os “empregados executantes casados com operários industriais”⁸ (14%), os “empregados executantes” (13%) e os “profissionais técnicos e de enquadramento intermédio” (10%).

Tendo em conta os filhos mais velhos e mais novos, pode notar-se como é discreto o avanço das franjas das classes médias (traduzindo, de alguma forma, o aumento dos capitais escolares que registámos no quadro 11.10), nomeadamente a dos “empresários e dirigentes”, a dos “profissionais intelectuais” e a dos “profissionais técnicos”. Como o é também o recuo das franjas de “camponeses”. Perante este quadro de relativa estabilidade, apenas a diminuição da presença de “independentes e pequenos patrões” assume uma maior expressão. Não estando esta classe social associada a capitais escolares elevados (ver Anexo I), estamos em crer que tal tendência estará ligada ao ciclo de vida familiar e à possibilidade que, em dada altura, se coloca ao casal de abrir o seu próprio “negócio”.

⁶ ED – Empresários e Dirigentes; PIC – Profissionais Intelectuais e Científicos; PTEI – Profissionais Técnicos e de Enquadramento Intermédio; IPP – Independentes e Pequenos Patrões; C – Camponeses; EE – Empregados Executantes; OI – Operários Industriais; EE+OI – Empresários Executantes casados com Operários Industriais; AA+OI – Assalariados Agrícolas casados com Operários Industriais.

⁷ Situação em que nenhum tem actualmente actividade profissional.

⁸ Na maioria dos casos, as mulheres são as empregadas executantes e os homens os operários.

5. Entre a escola e o trabalho

Quadro n.º 11.14 – Ocupação actual dos filhos segundo a idade e o sexo (%)

Ocupação	6-9 anos			10-14 anos			15-19 anos			20-24 anos			Total		
	M	F	M+F	M	F	M+F	M	F	M+F	M	F	M+F	M	F	M+F
Estuda	79,6	78,2	78,9	97,4	98,1	97,7	76,9	85,9	80,9	27,5	43,7	34,1	79,2	85,1	82,0
Trabalha	0,3	0,3	0,3	1,6	0,7	1,1	16,0	8,7	12,8	53,3	37,3	46,8	11,3	5,9	8,7
Estuda e trabalha	0,3	0,0	0,1	0,2	0,0	0,1	2,9	0,5	1,8	5,5	6,3	5,8	1,6	0,7	1,2
Sem ocupação	2,3	2,1	2,2	0,2	0,9	0,5	2,7	4,9	3,6	2,7	7,1	4,6	1,7	2,8	2,2
Outra	17,6	19,4	18,5	0,3	0,3	0,4	1,6	0,0	0,9	11,0	4,0	8,1	6,1	5,5	5,8
NS/NR	0,0	0,0	0,0	0,4	0,0	0,2	0,0	0,0	0,0	0,0	1,6	0,7	0,1	0,1	0,1
Total	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100

Que ocupações têm estas crianças e estes jovens entre os 6 e os 24 anos? Consultando globalmente os resultados do quadro 14, conclui-se que a grande maioria está a estudar (82%). Quanto aos restantes, 9% está a trabalhar, 1% estuda e trabalha, 2% não tem ocupação e 6% encontra-se “noutra situação”. O total por sexo permite detalhar a realidade, ao fazer luz sobre as diferenças de género neste domínio. De facto, se tivermos também em conta a categoria “estuda e trabalha”, as raparigas estão mais frequentemente inseridas do que os rapazes no sistema de ensino (86 vs. 81%), enquanto se regista uma maior afectação dos segundos ao mercado de trabalho (13 vs. 7%).

Em termos etários verificamos que, entre os filhos dos 6 aos 9 anos, uma grande maioria (79%) está a estudar – sendo que 21% (provavelmente os mais novos) estarão ainda em casa, sem ter iniciado o seu percurso escolar⁹. Nos de 10-14 anos a franja de estudantes é esmagadora: 98% do total. Nota-se, contudo, uma quebra nos de 15-19, onde a mesma franja baixa para 81% e, sobretudo, nos de 20-24 anos, onde se situa na casa dos 34%. Avançam, em compensação, as ocupações juvenis ligadas ao trabalho: na franja dos 15-19 anos já ocupam 13% dos filhos, na dos 20-24 quase metade deles (47%). Situações mais híbridas, como a de jovens que simultaneamente estudam e trabalham, têm um peso muito residual na amostra (pouco mais de 1% do total).

Embora apresentando percentagens mínimas, não se pode desprezar o facto de haver crianças entre os 6 e os 14 anos que estão a trabalhar. Na medida em que se trata

⁹ Na medida em que o inquérito foi aplicado no primeiro semestre de 1999, os filhos que fizeram 6 anos no início desse ano ainda não tinham entrado para o 1º ano da escolaridade obrigatória.

de uma situação de contornos irregulares e que foi referida pela mãe e não pelo próprio, estamos em crer que poderá haver aqui uma subdeclaração do trabalho infantil¹⁰.

A discriminação dos resultados por sexo revela a importância da questão de género nesta matéria. São claramente os rapazes, e não as raparigas, os primeiros a deixar de estudar e a ser integrados no mercado de trabalho. Logo no grupo dos 15-19 anos se começa a marcar a distância: 16% de filhos trabalham, contra 9% de filhas. Essa distância torna-se impressionante no grupo etário seguinte: entre os 20-24 anos, 53% dos filhos trabalham, contra 37% das filhas. Por outro lado, note-se como as raparigas dessa idade sobressaem em franjas relativamente residuais daqueles “sem ocupação”, recobrando provavelmente a situação de domésticas (7 vs. 3%); e como os rapazes se destacam em “outras ocupações” (11%), no que corresponderá, provavelmente, ao cumprimento do serviço militar.

Quadro n.º 11.15 – Filhos com e sem rendimentos e que contribuem ou não para as despesas da casa segundo a idade e o sexo (%)

Rendimentos e contribuição	6-9 anos			10-14 anos			15-19 anos			20-24 anos			Total		
	M	F	M+F	M	F	M+F	M	F	M+F	M	F	M+F	M	F	M+F
Sem rendimentos	99,5	99,2	99,4	98,3	98,3	98,3	83,4	90,2	86,5	44,0	54,0	48,1	88,1	92,6	90,2
Com rendimentos	0,5	0,8	0,7	1,4	1,7	1,6	16,6	9,8	13,6	56,0	44,4	51,3	11,8	7,3	9,7
contribuem	0,3	0,0	0,1	0,2	0,3	0,3	9,8	5,9	8,1	25,8	22,2	24,4	5,9	3,6	4,8
	não contrib.	0,3	0,8	0,5	1,2	1,4	1,3	6,7	3,9	5,5	30,2	22,2	26,9	5,9	3,7
NS/NR	0,0	0,0	0,0	0,2	0,0	0,2	0,0	0,0	0,0	0,0	1,6	0,7	0,2	0,1	0,1
Total	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100

Às inquiridas foi perguntado se os filhos e enteados a partir dos 6 anos que vivem com elas têm rendimentos próprios, quer do trabalho, de bolsas, etc. (quadro n.º 11. 15). Ora, 1 filho em cada 10 aufer algum tipo de rendimento. Essa percentagem é máxima (51%) entre os filhos mais velhos (20-24 anos) e atinge sobretudo os rapazes (56 vs. 44%).

Dos filhos que têm rendimentos, metade contribui para as despesas domésticas e outra metade não o faz. Ao contrário de variáveis anteriores, que davam visibilidade a uma notável assimetria de género, esta revela uma situação relativamente equilibrada entre os dois sexos. Já a idade tem o seu impacto: a contribuição é residual até aos 14

¹⁰ Catalina Pestana faz referência a dados do “Inquérito à Caracterização Social dos Agregados Familiares com Menores em Idade Escolar” (de 1998), em que se observa o grande desfasamento entre as declarações das crianças e dos seus pais no que respeita à situação daquelas face à actividade económica na semana de referência do inquérito: 43213 declaram ter actividade contra 18808 dos pais (Pestana, 2000).

anos, ronda os 8% entre os 15 e os 19, e abrange quase um quarto dos jovens entre os 20 e os 24 anos não se sabendo, contudo, se essa contribuição para o sustento doméstico é feita na totalidade ou apenas em parte¹¹.

Quadro n.º 11.16 – Escolaridade dos filhos segundo a idade e o sexo (%)

Escolaridade	6-9 anos			10-14 anos			15-19 anos			20-24 anos			Total		
	M	F	M+F	M	F	M+F	M	F	M+F	M	F	M+F	M	F	M+F
1º e 2º ano	52,3	49,2	50,8	3,0	2,8	2,9	0,0	0,3	0,1	0,0	0,0	0,0	13,7	13,8	13,7
3º e 4º ano	25,9	28,5	27,1	25,3	21,9	23,6	1,8	1,5	1,7	7,7	4,8	6,5	16,5	16,7	16,6
5º e 6º ano	1,5	1,3	1,4	41,8	43,1	42,4	13,9	6,7	10,7	18,1	7,9	14,0	21,1	19,7	20,4
7º a 9º ano	0,3	0,3	0,3	28,5	31,1	29,8	48,7	48,1	48,4	24,2	14,3	20,1	27,2	26,2	26,7
10º a 12º ano	0,0	0,0	0,0	0,5	0,2	0,4	31,9	40,9	35,9	29,7	31,7	30,5	13,0	13,6	13,3
Ensino médio	0,0	0,0	0,0	0,0	0,2	0,1	0,4	0,3	0,3	1,6	2,4	2,0	0,3	0,3	0,3
Ensino superior	0,0	0,0	0,0	0,2	0,0	0,1	1,4	1,8	1,6	17,6	31,7	23,4	2,4	3,2	2,8
Pós-licenciatura	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1,6	0,7	0,0	0,1	0,1
N.A.	20,1	20,7	20,4	0,70	0,87	0,8	1,8	0,5	1,3	1,1	5,6	2,9	5,8	6,3	6,0
Total	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100

O quadro n.º 11.16 apresenta a distribuição dos filhos, rapazes e raparigas dos 4 grupos etários, pelos diferentes graus de escolaridade. Entre os 6 e os 9 anos a esmagadora maioria das crianças da amostra encontra-se a frequentar os quatro primeiros anos de escolaridade. No grupo dos 10-14 anos, começam a desenhar-se sinais de uma relação problemática com a escola: há uma fatia de mais de um quarto que ainda não ultrapassou o 1º ciclo de escolaridade. A evidência e intensidade do insucesso escolar é ainda mais nítida no grupo etário seguinte: dos filhos com idades entre os 15-19 anos há 14% que não conclui sequer o 6º ano de escolaridade. Os resultados relativos aos jovens de 20-24 anos reforçam o panorama de baixas qualificações escolares: 41% possui no máximo o ensino básico, 21% não terminaram manifestamente a actual escolaridade obrigatória, 23% têm o frequentam uma licenciatura.

A análise por sexos detalha esta caracterização. A sobre-escolarização das raparigas é um resultado especialmente vincado nos grupos etários mais velhos, com amplitude máxima entre os jovens de 20-24 anos. Por exemplo, e para o grupo dos 15-19 anos, as percentagens de raparigas com graus de ensino baixos (do 1º ao 6º ano de

¹¹ Os resultados vão de encontro aos obtidos pelo inquérito dos anos 90 a jovens do concelho de Loures. Naquele estudo a jovens entre os 14 e os 29 anos, observou-se que dos que tinham actividade económica e que ainda estavam a viver com os pais, praticamente metade contribuía para o sustento da família: em 42,3% dos casos com uma parte do salário; e em 2,3% dos casos com a totalidade (Almeida et al., 1996).

escolaridade) são bem menores que as dos rapazes (8 vs. 15%), enquanto os ultrapassam sistematicamente nos níveis mais altos (10º-12º ano, 41 vs. 32%). Já para o grupo dos 20-24 anos, a distância entre sexos, e a favor das raparigas, é esmagadora no que respeita à frequência do ensino superior: 32% das raparigas, apenas 18% de rapazes.

Quadro n.º 11.17 – Filhos e relação com a escola segundo a idade e o sexo (%)

Relação com a escola	10-14 anos			15-19 anos			20-24 anos			Total		
	M	F	M+F	M	F	M+F	M	F	M+F	M	F	M+F
Sucesso	74,5	78,6	76,6	54,6	68,2	60,7	18,3	33,6	24,4	58,5	69,9	63,8
Insucesso	23,8	20,1	22,0	26,5	18,3	22,8	15,0	19,3	16,7	23,5	19,4	21,6
<i>Estuda (sub-total)</i>	98,2	98,8	97,5	81,0	86,6	83,5	33,3	52,9	41,1	82,0	89,3	85,4
Tem no mínimo 3º ciclo	0,0	0,2	0,1	10,2	8,0	9,2	41,1	34,5	38,5	10,0	6,8	8,5
Abandono precoce	1,8	1,1	1,4	8,8	5,4	7,3	25,6	12,6	20,4	8,0	3,9	6,1
<i>Não estuda (sub-total)</i>	1,8	1,2	1,5	19,0	13,4	16,5	66,7	47,1	58,9	18,0	10,7	14,6
Total	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100

Com o objectivo de caracterizar com detalhe a situação escolar dos filhos e das filhas a partir dos 10 anos¹², subdividimo-los em quatro grupos distintos consoante a sua relação actual com a escola. Consultando o quadro n.º 11.17, notamos que cerca 85% se encontra a estudar (sendo que quase um quarto registam problemas de insucesso); 9% não estuda, tendo contudo frequentado pelo menos o 3º ciclo de escolaridade; 6% deixou de estudar não tendo completado sequer a actual escolaridade obrigatória. O caso do grupo dos 20-24 anos revela uma situação particularmente desfavorável: mais de 60% dos seus efectivos não estuda, e desses 20% não tem o 9º ano de escolaridade.

Os indicadores de insucesso e abandono escolares concentram-se nas idades mais velhas – desde logo porque, em abstracto, a probabilidade de uma relação problemática com a escola aumenta com a sua longevidade. Contudo, vale a pena registar algumas tendências internas na amostra. Nos três grupos etários, as taxas de insucesso são elevadas e situam-se entre valores relativamente próximos (entre 17 e 23%). O abandono da escola acontece, sobretudo, na idade mínima de entrada no mercado de trabalho (repare-se no salto: 2% nos filhos de 10-14 anos, 17% nos de 15-19), pelo que a lógica de um não se compreenderá sem a relacionar com as características do outro.

¹² É a partir desta idade, que coincide com a entrada no segundo ciclo do ensino básico, que, como vimos, as questões do insucesso se começam a desenhar, pelo que optámos por deixar de fora as crianças dos 6 aos 9 anos.

O género marca muito fortemente os contrastes escolares entre rapazes e raparigas – para todos os grupos etários, estas saem sempre favorecidas da comparação. O sucesso das filhas na escola é sempre superior ao dos filhos, e o contraste aumenta com o avanço na escolaridade: (79 vs 75% nos 10-14, 68 vs. 55% nos 15-19 e 34 vs. 18% nos 20-24). O abandono precoce das raparigas é significativamente inferior ao dos rapazes (5 vs. 9% nos 15-19, 13 vs. 26% nos 20-24 anos).

Quadro n.º 11.18 – Filhos e relação com a escola segundo a idade ano a ano (10 a 17) e o sexo (%)

Relação com a escola		10 anos	11 anos	12 anos	13 anos	14 anos	15 anos	16 anos	17 anos	Total
Sucesso	M	89,7	63,5	83,8	61,3	75,5	81,1	40,1	48,6	68,1
	F	91,6	76,9	85,6	63,5	76,9	92,4	55,2	60,9	76,2
	M+F	90,7	70,0	84,6	62,4	76,3	86,4	46,6	54,6	72,0
Insucesso	M	8,4	36,5	13,7	37,0	21,8	16,7	49,3	30,6	27,2
	F	7,5	23,1	11,7	35,7	21,5	5,9	40,0	21,7	20,7
	M+F	7,9	30,0	12,7	36,3	21,7	11,6	45,3	26,2	24,1
Tem no mínimo 3º ciclo	M	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,8	3,5	11,1	1,5
	F	0,0	0,0	0,0	0,0	0,8	0,0	2,9	10,1	1,3
	M+F	0,0	0,0	0,0	0,0	0,4	0,4	3,2	10,6	1,4
Abandono precoce	M	1,9	0,0	2,6	1,7	2,7	1,5	7,0	9,7	3,2
	F	0,9	0,0	2,7	0,9	0,8	1,7	1,9	7,2	1,7
	M+F	1,4	0,0	2,6	1,3	1,7	1,6	4,9	8,5	2,5
Total		100	100	100	100	100	100	100	100	100

Fazendo um “zoom” ano a ano (quadro n.º 11.18), verificamos que o número de crianças e jovens que abandonam a escola entre os 10 e os 17 anos é sempre diminuto – embora acuse um salto significativo no grupo dos 16 anos (20 crianças, das quais 15 rapazes) e no dos 17 (27 crianças, das quais 15 rapazes). De qualquer modo, e tratando-se das idades teoricamente abrangidas pela escolaridade obrigatória, estes números têm um significado social relevante. Se nos centrarmos agora no grupo que se encontra a frequentar a escola, notamos que o insucesso escolar atinge níveis particularmente críticos nos jovens de 16 anos (45%!), de 13 anos (36%) e de 11 anos (30%) – franjas que provavelmente se confrontam com uma mudança de ciclo no sistema educativo. Os valores mínimos encontram-se entre as crianças de 10 e 15 anos (8 e 12%, respectivamente).

A distância entre rapazes e raparigas, em matéria de desempenho escolar, é particularmente acentuada nos jovens de 11 anos (37% de rapazes com insucesso vs.

23% das raparigas nas mesmas condições) e tendencialmente maior entre os mais velhos (17 vs. 6% nos de 15 anos, 49 vs. 40% nos de 16 anos e 31 vs. 22% nos de 17 anos).

6. Os contextos do insucesso e do abandono

Perceber os contextos sociais e familiares que são (re)produtores das situações de abandono e de insucesso implica ter em conta o impacto de algumas variáveis-chave (quadro n.º 11.19). Começemos pela **região de residência** das crianças e dos jovens. Os níveis de sucesso surgem acima da média nacional (64%) na Área Metropolitana de Lisboa e Centro Litoral (72%) e próximas dela no Norte Interior e Alentejo; com os valores mínimos destacam-se a Área Metropolitana do Porto (55%) e o Algarve (58%). O abandono precoce da escola (antes da conclusão do 9º ano) é particularmente vincado no Norte, tanto Litoral (11%) como Interior (10%), e mínimo na Área Metropolitana de Lisboa (3%). Nas regiões onde são elevados os indicadores de insucesso é também máximo o fosso entre rapazes e raparigas – veja-se, por exemplo, os casos do Norte Interior (26 vs. 10%), Algarve (24 vs. 15%), e Área Metropolitana do Porto (34 vs. 24%). A ilustrar a situação simétrica surge a Área Metropolitana de Lisboa: aqui são muito próximos os desempenhos de insucesso de filhos e filhas (18 e 17%). São resultados que reforçam a ideia de que combater o insucesso e fortalecer o vínculo escolar da população infantil e juvenil é um instrumento de promoção de igualdade de oportunidades entre os sexos.

Quanto ao **número de irmãos**, os filhos únicos têm globalmente níveis de sucesso maiores (75%) do que as crianças que vivem em fratria – em especial com 2 ou mais irmãos (50%). E se o insucesso não parece distinguir os diferentes arranjos aqui considerados, já o abandono precoce introduz uma notável diversidade no seu interior – passando de valores próximos de 2% (filhos únicos) para 12% (crianças que têm 2 ou mais irmãos). A distância entre rapazes e raparigas não acusa, também, grande oscilação para as diversas situações familiares.

Se a idade tendencialmente mais baixa dos filhos únicos (no máximo 16 anos) explicará, em parte, este seu perfil mais favorecido, nele também se nota a mobilização educativa típica dos casais que limitam drasticamente a sua descendência, procurando assim proporcionar aos seus filhos um percurso escolar longo e qualificado.

A leitura do quadro n.º 11.19 confirma ainda uma fortíssima associação entre o **nível de escolaridade da mãe** e o desempenho escolar do/a filho/a, no que constitui um

cenário de clara reprodução social. Os indicadores de sucesso sobem de 32% (para os filhos de mães sem escolaridade) para 95% (para os filhos de mães com o ensino superior), notando-se o ponto de viragem naqueles que têm mães com o ensino preparatório/básico (a partir do qual o sucesso escolar passa a estar sobre-representado); e o abandono precoce baixa de 22% para zero, entre as mães sem frequência escolar. Por outro lado, também diminui expressivamente com a escolaridade da mãe a distância entre abandonos escolares femininos e masculinos: os rapazes com mães pouco escolarizadas estão muito mais distantes das raparigas do que aqueles que são filhos de mulheres com mais capitais escolares. Veja-se, como exemplo, a distância entre filhos e filhas de mães sem escolaridade: 30 vs 13%.

A **trajectória da condição perante o trabalho da mãe** mostra claramente o impacto da participação das mulheres no mercado de trabalho sobre a relação que as crianças e os jovens estabelecem com a escola. Os filhos de mulheres com trajectórias de trabalho continuado têm significativamente mais sucesso (71%) do que os filhos de mulheres que entram e saem do mercado de trabalho (60%) e estes, por sua vez, têm mais sucesso do que os filhos das mulheres que nunca trabalharam (51%). São estes últimos que mais frequentemente se defrontam não só com o insucesso (28%), como também com o abandono precoce (10%). Por outro lado, a trajectória da mãe influencia a distância ou a proximidade do percurso escolar entre os géneros: quanto mais afastadas estão as mulheres do mercado de trabalho, maior é também a distância nos percursos masculinos e femininos.

Finalmente, a **classe social de pertença dos pais**, tal como a escolaridade da mãe, regista um expressivo impacto no percurso escolar dos filhos. Os seus níveis de sucesso na escola são máximos entre pais “empresários e dirigentes” (95%) ou de “profissionais intelectuais e científicos” (90%) – e mínimos entre “camponeses” (48%), “operários industriais” (53%) ou “assalariados agrícolas+operários” (56%), famílias mais distantes da cultura escolar e que mais dificuldades têm em promover o sucesso das suas crianças. É também entre classes com baixa rentabilidade escolar (“independentes e pequenos patrões”, “operários industriais”) que se encontram as maiores disparidades entre rapazes e raparigas, em desfavor dos primeiros.

As famílias de empregados executantes e de empregadas executantes casadas com operários surgem com um perfil mais ou menos intermédio. Uma nota interessante prende-se com o perfil dos filhos destas últimas famílias, por comparação com o perfil

dos filhos das famílias em que ambos são operários: os dados sugerem que é a posição social da mãe, mais do que a do pai, que influencia o destino escolar dos filhos.

Quadro n.º 11.19 – Filhos e filhas, relação com a escola e contextos sociais (%)

	Sucesso			Insucesso			Tem no mín. 3º ciclo			Abandono precoce			Total		
	M	F	M+F	M	F	M+F	M	F	M+F	M	F	M+F	M	F	M+F
Região de residência															
Norte Litoral	53,6	64,5	58,6	25,0	17,5	21,6	8,9	11,1	9,9	12,5	6,8	9,9	100	100	100
A.M.Porto	48,4	61,2	55,1	34,4	23,9	28,9	10,7	10,4	10,5	6,6	4,5	5,5	100	100	100
Norte Interior	45,9	80,0	61,3	26,2	10,0	18,9	14,8	2,0	9,0	13,1	8,0	10,8	100	100	100
Centro Litoral	66,7	77,3	71,8	22,0	15,6	18,9	4,7	3,5	4,1	6,7	3,5	5,2	100	100	100
Centro Interior	50,4	65,8	57,8	31,1	27,9	29,6	10,1	4,5	7,4	8,4	1,8	5,2	100	100	100
A.M.Lisboa	69,9	74,9	72,1	17,5	17,2	17,4	9,4	5,0	7,4	3,2	2,9	3,1	100	100	100
Alentejo	59,2	65,5	62,1	18,4	27,6	22,6	12,6	5,7	9,5	9,7	1,1	5,8	100	100	100
Algarve	41,2	78,0	57,6	23,5	14,6	19,6	23,5	7,3	16,3	11,8	0,0	6,5	100	100	100
Número de irmãos															
nenhum	70,7	80,0	75,3	26,3	18,5	22,4	0,0	0,0	0,0	3,0	1,5	2,3	100	100	100
1 irmão	65,3	73,9	69,5	21,0	17,8	19,4	9,4	5,7	7,6	4,3	2,5	3,4	100	100	100
2 ou + irmãos	44,4	57,9	50,1	26,5	23,0	25,0	14,0	11,6	13,0	15,1	7,5	11,9	100	100	100
Escolaridade da mãe															
Sem escolarid.	21,3	44,9	32,2	35,0	34,8	34,9	13,8	7,2	10,7	30,0	13,0	22,1	100	100	100
Ensino primário	45,8	60,4	52,4	30,5	23,7	27,4	13,6	10,7	12,2	10,2	5,2	7,9	100	100	100
E. prep./básico	66,5	77,7	72,0	19,5	15,9	17,7	9,3	4,3	6,9	4,7	2,1	3,4	100	100	100
E. secundário	92,5	83,2	87,9	6,6	13,9	10,1	0,9	2,0	1,4	0,0	1,0	0,5	100	100	100
Ensino médio	83,8	90,3	86,8	13,5	8,1	11,0	2,7	1,6	2,2	0,0	0,0	0,0	100	100	100
Ensino superior	93,0	97,5	94,8	7,0	2,5	5,2	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	100	100	100
Trajectória da condição perante o trabalho da mãe															
Sempre com trab	67,0	74,4	70,5	18,8	16,5	17,7	8,5	5,3	7,0	5,6	3,8	4,7	100	100	100
Com trabalho em 1-2 momentos	53,4	68,2	59,9	26,9	20,4	24,0	11,1	8,0	9,7	8,6	3,4	6,3	100	100	100
Sempre sem trab	43,4	59,4	51,4	30,1	26,7	28,4	12,0	9,1	10,6	14,5	4,8	9,7	100	100	100
Classe social do casal															
ED	95,7	94,7	95,2	4,3	5,3	4,8	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	100	100	100
PIC	91,7	88,0	90,0	6,7	10,0	8,2	1,7	2,0	1,8	0,0	0,0	0,0	100	100	100
PTEI	85,8	85,6	85,7	12,6	14,4	13,4	1,6	0,0	0,8	0,0	0,0	0,0	100	100	100
IPP	57,6	74,9	65,8	22,1	15,4	18,9	14,8	6,9	11,0	5,5	2,8	4,2	100	100	100
C	42,2	56,3	48,1	33,3	20,3	27,9	8,9	17,2	12,3	15,6	6,3	11,7	100	100	100
EE	62,2	74,3	68,2	20,9	17,4	19,2	12,2	6,9	9,6	4,7	1,4	3,1	100	100	100
OI	45,8	61,2	52,8	29,5	23,3	26,7	10,7	8,8	9,8	14,0	6,6	10,6	100	100	100
EE+OI	54,9	65,0	59,6	25,6	21,0	23,5	13,4	7,7	10,7	6,1	6,3	6,2	100	100	100
AA+OI	57,6	52,3	54,5	27,3	36,4	32,5	0,0	2,3	1,3	15,2	9,1	11,7	100	100	100
Total Geral	58,5	69,9	63,8	23,5	19,4	21,6	10,0	6,8	8,5	8,0	3,9	6,1	100	100	100

A distribuição do abandono precoce segue, em traços largos, o mesmo perfil do insucesso. Por contraste com grupos onde não deixa rasto, como entre os “empresários e dirigentes”, os “profissionais intelectuais”, e os “profissionais técnicos” (note-se que são nulos os níveis de abandono antes da conclusão da escolaridade obrigatória), surgem outros onde a sua frequência é elevada, como entre os “camponeses” (12%), os “operários industriais” (11%) e os “assalariados agrícolas casados com operários industriais” (12%).

7. “Um pé dentro e outro fora (da escola)”: uma tipologia da população em idade escolar

Procurámos, num último ponto, sintetizar a informação sucessivamente abordada ao longo do capítulo sobre filhos e filhas, família e escola. A partir dos resultados de uma fileira de procedimentos estatísticos (análise factorial de correspondências múltiplas, análise de *cluster* e descrição dos grupos mais estáveis), construiu-se uma tipologia das crianças e jovens em idade escolar focada em 3 indicadores: o nível de escolaridade, o percurso escolar e a ocupação (variáveis activas da análise factorial). Estas operações conduziram à identificação de 10 grupos que combinam os indicadores referidos. A cada um desses grupos associam-se depois outros indicadores (do perfil da criança e do contexto familiar) que permitem caracterizar os vários tipos de situação (ver enumeração completa no quadro n.º 11.20).

Em primeiro lugar, a tipologia evidencia a importância do capital escolar familiar na configuração dos percursos escolares dos filhos. A maior ou menor precocidade da entrada no 1º ciclo do ensino básico¹³, o sucesso ou o insucesso escolar, a permanência ou o abandono do sistema escolar surgem invariavelmente ligados ao nível de escolaridade da mãe. De facto, nos grupos-tipo em que predominam as situações de insucesso escolar ou de abandono encontram-se nitidamente sobre-representadas as mães que não concluíram o ensino obrigatório. À baixa escolaridade das mães associam-se, com frequência, aspectos como: uma primeira maternidade precoce, grupos domésticos extensos, entrada e saída do mercado de trabalho e pertença a classes sociais profissionalmente desfavorecidas. As situações mais adversas –

¹³ Legalmente, as crianças podem ser matriculadas no 1º ano do ensino básico, desde que completem 6 anos até 31 de Dezembro. Acontece, porém, que é frequente não haver vagas suficientes nas escolas públicas, o que não permite a entrada das crianças que ainda têm 5 anos no início do ano lectivo.

abandono escolar e desocupação dos jovens – ligam-se ainda a mães que, para além da baixíssima escolaridade, nunca estiveram empregadas.

Outro aspecto a sublinhar entre os resultados da tipologia liga-se à diferença entre raparigas e rapazes. Já se apurou anteriormente que o sucesso escolar é menor nos rapazes e que neles o abandono do sistema educativo é mais frequente. Torna-se também aqui claro que essa distinção ligada ao género atravessa as várias idades e níveis escolares.

Um terceiro ponto a salientar diz respeito à maior incidência de determinados grupos-tipo em certas regiões do país: as situações de insucesso no ensino básico estão sobre-representadas no Centro Interior e na Área Metropolitana do Porto; o abandono precoce surge destacado no Norte Litoral; pelo contrário, o sucesso e a permanência na escola dos jovens com 15 anos ou mais é uma situação com maior incidência relativa na Área Metropolitana de Lisboa.

Na globalidade, os resultados da tipologia sintetizam e conjugam os vários aspectos que foram sendo analisados nas páginas anteriores e permitem evidenciar com clareza a importância da herança familiar no percurso escolar das crianças e dos jovens, ou seja, a reprodução do capital escolar de geração para geração. Esta “fatalidade” parece penalizar de uma maneira especial a relação dos rapazes com a escola - porque é neles que mais se acusa a desadequação do sistema de ensino face à massificação notável ocorrida nas últimas décadas? porque é neles que mais intensamente choca a imposição do modelo escolar e mais se ressentem a feminização deste universo? porque são eles os mais precocemente impelidos pelas famílias a deixar a escola e a trabalhar para ganhar a vida? Eis um conjunto de questões a encorajar estudo e aprofundamento em investigações futuras.

Quadro n.º 11.20 – Tipologia da população em idade escolar – Características sobrerrepresentadas (valor teste > 2.5)

	1	5	9	7	10	8	2	4	6	3
	202	390	382	917	447	348	75	119	89	139
Escolaridade	Ainda não freq.	1º-2º ano	3º-4º ano	3º ciclo 2º ciclo	2º ciclo 3º ciclo 1º ciclo	E. secundário	NR	2º ciclo 1º ciclo	E. superior	Ensino bas. ou secund.
Percurso escolar				Sucesso	Insucesso	Sucesso	Tem mín. 3º ciclo Abandono precoce	Abandono precoce	Sucesso	Tem mín. 3º ciclo
Ocupação		Estuda	Estuda	Estuda	Estuda	Estuda	Sem ocupação	Trabalha		Trabalha
Idade	6-9	6-9	6-9	10-14	10-14 15-19	15-19	15-19 20-24	20-24 15-19	20-24	20-24
Sexo				Feminino	Masculino			Masculino		Masculino
Numero de irmãos	nenhum	nenhum	nenhum	1 irmão			2 ou + irmãos	2 ou + irmãos	1 irmão	2 ou + irmãos
Idade da mãe na 1ª maternidade		30-34 25-29	25-29		18-24 < 18		< 18	18-24		18-24
Escolaridade da mãe	E. prep/básico	E. superior	E. secundário	E. médio	E. primário Sem escol.			Sem escol. E. primário	E. secundário E. médio	E. primário
Ocupação da mãe								Doméstica	Empregada	
Trajectória profissional da mãe		Sempre com trabalho	Sempre com trabalho		Trab. 1 ou 2 momentos		Sempre sem trabalho	Sempre sem trabalho	Sempre com trabalho	Trab. 1 ou 2 momentos
Dimensão do grupo doméstico	3	3	3	4	6 ou +		6 ou +	6 ou +		5
Tipo de agregado doméstico				Simplex						
Classe social do casal		PIC		PTEI	OI C	EE PIC	C	OI C	PTEI	
Posição religiosa da mãe		Sem religião						Cat. Praticante		
Região de residência					Centro Interior A.M. Porto	AM Lisboa		Norte Litoral	A.M. Lisboa	Algarve

8. A concluir...

A expressão quantitativa do insucesso escolar e do abandono precoce do sistema de ensino em Portugal continua a sinalizar uma realidade incontornável e um problema social relevante na viragem do milénio. No total da amostra de filhos e filhas com que se trabalhou ao longo do capítulo (com idades entre os 6 e os 24 anos) constatou-se que ascendem a 22% (o insucesso) e a 6% (o abandono precoce).

Por outro lado, é decisivo o impacto do contexto familiar no fabrico da relação problemática com a escola ou mesmo no do corte do vínculo escolar. Famílias e descendências numerosas, mães domésticas ou com baixas qualificações escolares e profissionais, grupos sociais como os dos operários ou aqueles parcialmente ligados à condição agrícola constituem terrenos particularmente favoráveis à emergência de trajetórias insucessidas. Nessas famílias, portadoras de “aspirações escolares e profissionais mitigadas” (Sarmiento, 2000, p.130), perdura assim uma cultura “familiar anti-escola” (Almeida, 2000, p.14), que sustenta o paradigma do “insucesso apreendido” (Sarmiento, *idem*) e encoraja formas mais ou menos explícitas de socialização para o trabalho de filhos e filhas, cuja mão de obra é útil na empresa agrícola e no negócio familiares (Pinto, 1999), ou se integra regular ou sazonalmente no mercado dos empregos precários e desqualificados.

No pólo oposto, e no que revela a persistência de uma notável desigualdade, surgem as crianças e os jovens cujos pais se empenham numa empreendedora “mobilização educativa” (Singly, 1993), cada vez mais precoce e duradoura, proporcionando-lhes percursos escolares longos, consistentes e qualificados. Destacam-se na amostra as famílias de dimensão e descendência reduzidas, as mães sempre activas e com capitais escolares elevados, bem como os grupos sociais como “empresários e dirigentes” e “profissionais intelectuais e científicos”.

Esta realidade tão fortemente marcada por clivagens associadas à posição social da família de pertença da criança e do jovem, é atravessada por uma outra: a da desigualdade de género na relação com a escola, com uma actual inversão das desvantagens, as quais pesam hoje sobre os rapazes – e não sobre as raparigas. Os resultados obtidos pelo Inquérito FPC confirmam e detalham os de estudos anteriores: o insucesso, o abandono escolar precoce e o trabalho juvenil são hoje realidades mais masculinas do que femininas. Não obstante, e no que constitui uma marca das tradicionais lógicas de género, há que equacionar e dar visibilidade ao trabalho mais

oculto que é realizado pelas crianças e jovens do sexo feminino, em casa e nos cuidados aos irmãos mais novos, implícito numa categoria como a de “sem ocupação”.

Vale a pena lembrar, por último, que a desigualdade entre os géneros se vem cumulativamente encaixar nas desigualdades sociais existentes. A distância entre rapazes e raparigas é tanto maior quanto mais baixa a posição social da família de pertença da criança ou do jovem, desenhando-se aqui os destinos mais diferenciados, quer na relação com a escola, como na entrada mais ou menos precoce no mercado de trabalho.